

Banqueiros rejeitam a

Só aceitam rolar o principal da dívida vencida

DÍVIDA EXT.

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, domingo, 28 de dezembro de 1986 17

renegociação plurianual

ou a vencer em dois ou três anos no máximo

O Brasil conseguiu incluir o principal da dívida a vencer no primeiro trimestre de 1987 no acordo de reescalonamento de setembro último e, em consequência, obteve maior folga para conduzir a fase 4 de renegociação com os credores externos, afirmou ontem o diretor para assuntos da dívida externa do Banco Central, Antonio de Pádua Seixas. Mas o CORREIO BRAZILIENSE apurou no Ministério da Fazenda que os bancos credores rejeitam a renegociação plurianual e querem repetir o acordo de setembro, com a rolagem do principal da dívida vencida ou a vencer em dois ou três anos.

Após as festas de fim de ano, a renegociação da dívida terá sua primeira etapa formal, dia 19 de janeiro próximo, com a discussão no âmbito do Clube de Paris sobre o reescalonamento do endividamento brasileiro junto a credores oficiais. Em princípio, o Clube de Paris aceitou rolar a dívida vencida em 1985 e 1986, no total de 3,01 bilhões de dólares. Mas o Brasil quer o reescalonamento também da dívida a vencer em 1987 — mais 859 milhões de dólares — e ainda a parcela dos juros não pagos de 1985 e deste ano, no total de 700 milhões de dólares.

Com os bancos credores, o diretor para assuntos da dívida externa do Banco Central Antonio de Pádua Seixas, acertou, na última segunda-feira, em Nova Iorque ao retornar da reunião do dia 18 com o Clube de Paris, (que dispensou o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a rolagem da dívida brasileira junto a organismos oficiais) a extensão do acordo da fase 3 de renegociação ao principal da dívida a vencer até o final de março próximo.

O novo acerto permite ao Brasil manter depositadas no Banco Central as parcelas correspondentes às amortizações devidas de janeiro a março de 1987, a exemplo do que já faz desde 1983 para o principal da dívida. De acordo com os dados divulgados na última terça-feira pelo Banco Central, no primeiro trimestre deste ano, as amortizações devidas atingiram 2,14 bilhões de dólares e, ao longo de 1987, somarão 9,2 bilhões.

Os bancos credores reafirmaram o compromisso de manter, até o final de março, os créditos comerciais de 9,6 bilhões de dólares e interbancários de 5 bilhões de dólares. A data-base para o fechamento da fase 4 de renegociação da dívida de 67,3 bilhões de dólares junto aos bancos credores será 15 de abril próximo, com o reescalonamento dos compromissos com vencimento posterior a 1º de janeiro de 1986.

Mas ninguém prevê facilidade para a conclusão do acordo da fase 4 de negociação. Diante dos desajustes do Plano Cruzado, após dez meses de implementação, sobretudo com a brusca queda do superávit comercial e das reservas cambiais, os banqueiros resistem à idéia de renegociação plurianual. Pela proposta original, apresentada ainda em 1984 pelo ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, o Brasil solicitou o reescalonamento da dívida a vencer de 1985 a 1991, portanto, com abrangência de sete anos.

O atual Governo não alterou a proposta inicial. Mas, em setembro último, conseguiu o reescalonamento efetivo apenas da dívida de 5,74 bilhões de dólares vencida em 1985 e deixou as amortizações de 8,27 bilhões de dólares deste ano para rolagem final na fase 4 de renegociação. Assim, a fase 4 deveria reescalonar os vencimentos da dívida de 1986 a 1991, no total de 14,6 bilhões de dólares 77,8 do endividamento brasileiro de médio e longo prazos.

O acordo com tal abrangência assusta os bancos credores e a maioria deles já manifestou ao Banco Central a intenção de negociar, a exemplo do que foi acertado em setembro último, a rolagem de dívida de apenas dois ou três anos — no máximo, as amortizações de 8,27 bilhões de dólares deste ano, de 8,9 bilhões de dólares de 1987 e 8,6 bilhões de 1988.

Outra pendência de difícil acordo será a redução do pagamento de juros e outros encargos da dívida. Mais do que o eventual corte do spread — taxa de risco — dos atuais 1,125 a 1,25 por cento ao ano para menos do que o 0,81 por cento obtido pelo México, em setembro último, as discussões ficarão concentradas na pretensão do Brasil de refinanciamento parcial dos juros básicos e fixação de teto para essas remessas.

O refinanciamento parcial dos juros depende mais da retomada do fluxo de créditos de organismos oficiais, conforme os entendimentos com o Clube de Paris, e também do Banco Mundial, uma vez que não há previsão de ingresso de dinheiro novo dos bancos privados. Na fixação do teto, o Banco Central pretende evoluir a idéia de criação do fundo de equalização para os juros da dívida.

Para a viabilização do fundo, o Brasil e os bancos credores projetariam a taxa média dos juros internacionais para os próximos anos para fixar o montante de pagamento anual. No caso de queda dos juros em relação à média projetada, os bancos credores contribuiriam para o fundo e, em caso de alta, seria a vez do Brasil.